

A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo¹

Moises Diniz de Almeida

Professor Assistente da Universidade de Pernambuco – colegiado de História
Mestre em História pela UFPE
e-mail: moises.almeida@upe.br

Franciel Coelho Luz de Amorim

Mestrando em Educação pela Universidade de Pernambuco Campus Petrolina
Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares
(PPGFPI)
e-mail: franciellupe@gmail.com

Flávio Pereira

Mestre em História pela UFAL
Professor Convidado da UPE Campus Petrolina
e-mail: flaviopereiraffpp@hotmail.com

Resumo: A investigação teve como objetivo analisar a aplicação da política de reforma agrária no Submédio do São Francisco, verificando as alterações na estrutura fundiária e identificando como o capitalismo burocrático está delineando relações de produção na agricultura irrigada da região. Para a pesquisa e análise, foram utilizados o método histórico dialético e a observação participante da situação de vida dos camponeses, bem como a produção em três assentamentos: Ouro Verde, Safra e Catalunha, conformados pela aplicação da reforma agrária na década de 1990. Por meio das formulações de Lênin (2000), Martín-Martín (2007) e Serrano (1991) foi possível observar que o processo de reforma agrária não solucionou o problema camponês e impulsionou o predomínio do capitalismo burocrático no campo: a reprodução de um campesinato minifundista, a existência de características e relações Semifeudais (pré-capitalistas) e, por último, a composição de um enorme contingente de mão de obra abundante, condicionado por certas condições de miséria, a vender sua força de trabalho, em curto período de assalariamento e em diárias, para as grandes fazendas produtoras de frutas instaladas próximas dos assentamentos.

Palavras-chave: Submédio do São Francisco; capitalismo burocrático; agricultura irrigada; reforma agrária; assentamentos;

Agrarian reform policy in the São Francisco Valley: semi-feudalism and bureaucratic capitalism in the field

Abstract: This research aimed to analyze the implementation of the agrarian reform policy in the Lower Basin of São Francisco Valley by checking changes in land structure and identifying how the bureaucratic capitalism is shaping relations of production in the irrigated agriculture of the region. For research and analysis, we used historical-dialectic method and participant observation of peasant life situation as well as production in three settlements: Ouro Verde, Safra and Catalonia, shaped by the application of agrarian reform in the 1990s.

¹ Este artigo é oriundo dos trabalhos de investigação que desenvolvemos na região do Vale do São Francisco, especificamente as pesquisas de Iniciação Científica “A reforma agrária e a realidade do Assentamento Ouro Verde” (2012); “Propriedade Territorial, Lutas Sociais e Reforma Agrária no Vale do São Francisco” (2013) e o projeto de Extensão “A pequena produção camponesa como prática pedagógica” (2012), sendo ambos apoiados pelo Programa de Fortalecimento Acadêmico da Universidade de Pernambuco – (PFAUPE).

It was observed that the agrarian reform did not solve the peasant problem and boosted the prevalence of bureaucratic capitalism in the field through the formulations of Lénin (2000), Martín-Martín (2007) e Serrano (1991): playing a minifundista peasantry; the existence of features and semi-feudal relationships (pre-capitalist); and finally, the composition of a large contingent of abundant labor, conditioned to sell their labor force in short-time allowance or your daily wage for large farms producing fruit installed near the settlements by misery conditions.

Keywords: Lower Basin of São Francisco Valley; bureaucratic capitalism; irrigated agriculture; agrarian reform; settlements;

La política de reforma agraria en el Vale del São Francisco: semifeudalidad y capitalismo burocrático en el campo

Resumen: La investigación tiene como objetivo analizar la política de reforma agraria en el Submédio del San Francisco, verificando las alteraciones en la estructura territorial de la región e identificando como el capitalismo burocrático está delineando relaciones de producciones en la agricultura irrigada de la región. Para la investigación y análisis, fueron utilizados el método histórico dialectico y la observación de la situación de vida y producción en tres asentamientos: Oro Verde, Zafra y Cataluña, conformados por la aplicación de la reforma agraria en la década de 1990. Por medio de las formulaciones de Lenin (2000); Martín Martín (2007); Serrano (1991) fue posible observar que el proceso de reforma agraria no solucionó el problema campesino e incentivó el predominio del capitalismo burocrático en el campo: la reproducción de un campesinado minifundista, la existencia de características e relaciones semifeudales (pré-capitalistas) e, por último, la composición de un enorme contingente de mano de obra abundante, condicionado por ciertas condiciones de miseria, la vender su fuerza de trabajo, en curto periodo de salario y en diarias, para las grandes haciendas productoras de frutas instaladas próximas de los asentamientos.

Palabras-clave: Submédio del San Francisco; capitalismo burocrático; agricultura irrigada; reforma agraria; asentamientos;

Introdução

O Vale do São Francisco ficou conhecido internacionalmente, na década de 1980, pelo grande potencial da fruticultura irrigada, atraindo a instalação de muitas empresas/fazendas do ramo agrícola com apoio e incentivos governamentais. Entretanto, nos finais da década de 1990, a fruticultura irrigada viveu uma forte crise e muitas fazendas não conseguiram ficar incólume. Desde então, despontaram várias lutas, o que descortinou o problema da concentração territorial na região², diante da qual, a massa camponesa tinha como reivindicação principal à democratização e o acesso à propriedade da terra. Nesse sentido, as reivindicações tiveram como resultado, a conformação de alguns assentamentos de reforma agrária. Nos encontramos na segunda década do século XXI e o problema da concentração fundiária na região segue presente com a pequena produção camponesa, padecendo de várias dificuldades que a mantém numa situação de constante ruína.

² A concentração territorial é referente à posse da terra, em grande proporção, pelos latifundiários, suprimindo uma grande massa de camponeses do direito a posse da terra e ao mesmo tempo submete grande contingente a situações de miséria.

O polo central da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, situa-se em Juazeiro e Petrolina, incluindo também outras cidades baianas e pernambucanas respectivamente: Curaçá (BA), Casa Nova (BA), Sobradinho (BA), Lagoa Grande (PE) e Santa Maria da Boa Vista (PB). A investigação que se pauta nesse trabalho desenvolveu-se nos municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, ambos em Pernambuco. A escolha se baseou no fato de que estes dois lugares receberam a instalação de grandes empreendimentos da fruticultura desde a conformação do Polo Irrigado, na década de 1960. Procurando focar as relações estabelecidas entre a pequena e a grande propriedade, definimos, como campo de pesquisa, três assentamentos da reforma agrária: Ouro verde, localizado no distrito de vermelhos, Lagoa Grande/PE; Safra, no município de Santa Maria da Boa Vista/PE; e Catalunha, situado na divisa de limites entre os municípios de Lagoa grande e Santa Maria da Boa Vista. Todos eles são oriundos de projetos de assentamentos da reforma agrária na década de 1990.

Ilustração 1: Localização geográfica das áreas dos assentamentos em estudo



Fonte: Rede Integrada de Desenvolvimento - RIDE, 2015.

Buscamos abordar a política de reforma agrária, enfocando o problema da distribuição e da propriedade da terra, a partir da tese marxista do capitalismo burocrático, objetivando, sobretudo, analisar a aplicação dessa política como consequência das diversas lutas sociais no Submédio São Francisco, em particular, as que deram origem aos assentamentos já citados. Também buscamos inquirir as implicações de suas aplicações

para a história da região, no intuito de entender a relação da pequena produção camponesa com a grande produção da fruticultura irrigada, compreendendo os aspectos de um tipo característico de relações econômicas, as quais classificamos como capitalismo burocrático engendrado na dinâmica das relações de produção dos assentamentos estudados. Como método de investigação, adotamos o materialismo histórico-dialético, cerne da concepção materialista da história.

É importante destacarmos ainda, os procedimentos técnicos utilizados na investigação, pois se valeu da observação participante da situação de vida dos camponeses e da produção nos três assentamentos em questão: Ouro Verde, Safra e Catalunha, oriundos de fazendas falidas em estado de semiabandono. Analisamos alguns documentos oficiais, tais como: Cartório de Registro Civil de Santa Maria da Boa Vista, do INCRA, do IBGE, assim como de dados do Sindicato de trabalhadores rurais do município de Lagoa Grande, objetivando sistematizar a principal atividade econômica da região, a fruticultura irrigada, para identificar as relações com a pequena produção dos assentamentos e informações sobre a condição de vida das famílias camponesas assentadas.

A categoria marxista do capitalismo burocrático

O capitalismo burocrático é o tipo de capitalismo que se concentra nos países dominados pelo imperialismo³. Esses países⁴ apresentam, como problema central, a concentração da propriedade territorial, daí que a contradição principal se dá entre o latifúndio e o campesinato sem-terra ou com pouca terra. O conceito foi formulado por Mao Tse-tung, no ano de 1948, no processo de revolução chinesa, sendo estendido a todos os países dominados, por Gúzman, em 1989.

A generalização do termo 'capitalismo burocrático' feita por Mao Tsé-tung na China ao resto dos países do mundo que não culminaram a revolução burguesa, e que, portanto, transferem para a era das revoluções proletárias a solução do problema camponês, é feita em 1989 por Guzmán como o atual herdeiro das teorias de Marx, Engels, Lenin e Mao Tse-tung. (MARTÍN -MARTÍN, 2007b, p. 07).

Assumimos o conceito de capitalismo burocrático conforme definido e aplicado por Guzmán (1988, p. 46, tradução nossa) na explicação da realidade de subdesenvolvimento e de atraso social dos países dominados pelo capital imperialista e sem solução do problema agrário e camponês:

³ Conceito definido por Lênin em 1916. Sua Teoria mostra que o capitalismo atingiu uma fase superior de seu desenvolvimento. O autor afirma que "o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância à exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre países capitalistas mais importantes". (LÊNIN, 2000 [1916], p. 88).

⁴ São países que não resolveram o problema da terra, ou seja, o problema agrário e camponês.

[...] sobre uma base semifeudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce amarrado a semifeudalidade e submetido ao domínio imperialista [...]. O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados [...], pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim vai-se gerando o capitalismo burocrático preso [...], ao feudalismo, submetido ao imperialismo e monopolista, e isto tem que ser levado em conta, é monopolista. Este capitalismo, em certo momento da evolução, combina-se com o poder do Estado e utiliza os meios econômicos do Estado, o utiliza como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta forma dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e transforma-se por sua vez em estatal.

Como ponto de partida, assumimos as formulações de Lênin sobre imperialismo, nas quais considera que com o seu surgimento, tem origem uma nova política colonial, como expressão de uma era em que predomina os interesses do capital financeiro. Esta política colonial dividiu o mundo entre um punhado de potências imperialistas e uma quantidade enorme de países dominados, colônias ou semicolônias. “A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo”. (LÉNINE⁵, 1979, p. 571).

A ação do imperialismo no Vale do São Francisco teve início desde a conformação do Polo irrigado:

Começam os investidores privados a vir para a região, inicialmente prospectando. A viagem de Rockefeller, a experiência dos Sampaio Ferraz, as uvas de Molina, a cebola dos barranqueiros-agricultores, o pioneirismo dos Coelho [...] são indicações positivas de que o ‘Vale é um bom negócio’ [...] Em Petrolina, ao lado do império shumpeteriano dos Coelhos [...] começam a instalar-se outros investidores [...]. O ex-governador de Pernambuco, líder varão natural do clã, é quem recebe, acolhe e orienta os investidores, quase todos seus amigos: do Sul, do Nordeste, do exterior [...]. Nilo Coelho mantém-se em contato quase frequente com Robert McNamara, presidente do Banco Mundial. (ALCÂNTARA apud CHILCOTE, 1990, p.1).

A propriedade latifundiária aponta para a alta concentração de terra nas mãos de poucos e, por outro lado, está a pequena propriedade minifundista, situada pelos entornos dos latifúndios. No entanto, esta pequena propriedade não propicia produzir o suficiente à manutenção da unidade familiar camponesa e assim, em decorrência deste fenômeno, são condicionados, junto a massa de camponeses sem terra, a submeter-se às relações semifeudais⁶, características da semifeudalidade e do capitalismo burocrático.

⁵ Lénine e Lênin referem-se a mesma pessoa, a obra em questão trata-se de uma versão no português lusitano.

⁶ Relações não assalariadas que não se configuram capitalistas, a exemplo da meia, a terça, pagamento em trabalho, etc.

Na produção agrícola do Vale do São Francisco, tais relações são comuns, inclusive nos assentamentos originados pela política de reforma agrária, uma vez instalados próximos das grandes propriedades/fazendas de alta produção agrícola e que, principalmente no período de colheita, necessitam de uma gigantesca e temporária mão de obra. Vale salientar que as grandes fazendas do Vale do São Francisco têm uma economia submetida inteiramente ao mercado internacional, na qual os interesses sociais, políticos e econômicos são vinculados pelas grandes potências da Europa e dos EUA.

Fica assim, de maneira geral, definida alguns dos elementos da dominação imperialista sobre a região do Submédio São Francisco e elencado alguns dos principais aspectos que caracterizam um país com predomínio do capitalismo burocrático.

Neste sentido, os países de capitalismo burocrático são caracterizados por relações pré-capitalistas no campo, pois mantém relações semifeudais conforme descritas por Martín Martín (2007a): 1) A manutenção de relações de produção (regimes de propriedade de natureza pré-capitalistas; 2) Manutenção e reprodução de um campesinato minifundista (que se apresenta com formas coletivas ou privadas); 3) Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o campesinato a terra, incluídos nesse bojo, o total controle sobre os trabalhadores diaristas, chamadas de ações clientelistas (patriarcais, patronato e apadrinhamento).

Através do capitalismo burocrático se torna possível o entendimento da questão agrária, o problema camponês. Sobretudo, os ciclos de miséria que os cercam, a expulsão de muitos camponeses de suas origens para as periferias das cidades, as relações capitalistas no campo sobre a ótica da fase imperialista.

Nos países imperialistas, ocorreram às denominadas revoluções democrático-burguesas e o problema da terra foi resolvido, assim como também nas revoluções proletárias, que se deram depois da revolução russa de 1917. A partir daí, se encerraram as revoluções democrático-burguesas, pois os países dominados tiveram suas burguesias nativas subordinadas aos domínios imperialistas. Segundo Lênin (2000 [1916]), depois de submetidas sobre relações imperialistas, nesses países não houve nenhuma revolução. Nesse sentido, uma aliança proletário-camponesa ganha papel decisivo na resolução do problema agrário. Assim, segundo Camely (2009), a tarefa da solução do problema agrário nos países dominados, recai sob a responsabilidade do proletariado que, em aliança com os camponeses pobres, promovem uma revolução de novo tipo.

No contexto da questão agrária, Martín-Martín (2007a) nos traz em quatro grupos distintos a divisão dos países de acordo com a solução ou não da questão agrária:

- a) O primeiro grupo reúne os países que resolveram o problema agrário, através das revoluções democrático-burguesas, entre eles a Inglaterra (1669), através de

uma revolução consequente do pacto entre burguesia e latifundiários, porém, com o mando da burguesia; a França (1789), que elimina a nobreza em sua revolução burguesa e os países da Europa ocidental (Suíça, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Áustria, Dinamarca, Suécia, Noruega), que seguem o exemplo francês eliminando a nobreza no processo das suas revoluções burguesas; e as antigas colônias que tomaram a “via norte-americana” de transição ao capitalismo, tais como EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia e os que tomaram a “via prussiana” de transição ao capitalismo como Alemanha, Itália e Japão.

- b) No segundo grupo, estão os países Europeus que iniciaram, mas não concluíram suas revoluções burguesas como Espanha, Portugal e Grécia. Nesses países, sobrevivem as relações semifeudais, o problema agrário e camponês.
- c) No terceiro estão URSS, China e Leste Europeu, que resolveram a questão agrária através da revolução democrática e socialista, mas o problema da terra volta a brotar após a restauração do capitalismo que traz no seu bojo a reativação dos latifúndios.
- d) Por último, o quarto grupo reúne os países do terceiro mundo, que nunca realizaram revolução democrático-burguesa e, portanto, vivem a semifeudalidade com velhas e novas formas. Nesses países há o desenvolvimento típico do capitalismo, assim como do capitalismo burocrático (atrasado) com formas de pagamento em trabalho; se destaca um capitalismo no campo fixado na propriedade latifundiária e nas relações de semifeudalidade. E com isso, surgem consequências que são apontadas por Martín Martín (2007a) como, por exemplo, a impossibilidade de maior produtividade com o sistema de pagamento em trabalho (não desenvolvimento das forças produtivas); a própria coerção extra-econômica (constituída nas relações de dependência pessoal do pequeno campesinato e do campesinato sem-terra), dentre outras.

A luta pela terra e a legislação de reforma agrária no Brasil

O Brasil é um país dominado pelo imperialismo e não resolveu o problema agrário. Com isso, apresenta um capitalismo burocrático que nasce atado a semifeudalidade e sob o domínio imperialista. Devemos, para isso, remontar a estrutura colonial que se estabeleceu sobre as terras que formam hoje o nosso território, inicialmente dividida em capitânias hereditárias, sistemas de lotes entregues nas mãos dos chamados donatários. Logo a seguir, ocorreu o que Guimarães (1977, p. 45) denomina como os dois pilares iniciais e com isso “coube a Martin Afonso de Souza [...] lançar as bases, na colônia ainda desprezada, de

uma nova política econômica que se apoiaria solidamente em duas instituições – a sesmaria e o engenho – as quais constituíram os pilares da antiga sociedade colonial”. Essas duas instituições se transformaram em uma unidade produtora e econômica.

Seguindo essa mesma lógica, a formação territorial do Vale do São Francisco pode ser observada a partir desse processo de distribuição da terra e ainda sobre o sistema de capitâneas hereditárias, destacando-se precisamente o espaço que congrega os territórios dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, grande concentração nas mãos de uma única aristocracia, assim como afirma Franca (2008, p. 28):

As terras que, atualmente, constituem estes dois territórios se localizam no interior da região do nordeste e pertenciam ao Castelo da Torre, localizado no litoral norte de Salvador, Bahia, sendo proprietária a família Dias D’Ávila. A grande fazenda dos D’Ávila detinha um milhão de Km².

Do regime de capitâneas hereditárias, seguiram-se as sesmarias através de concessões para exploradores, que passavam a ter o título de sesmeiro e o direito de explorar as terras. Nesse sistema, na mesma região abrangente ao Vale do São Francisco, se destaca os mesmos indícios de concentração de grandes extensões territoriais nas mãos da mesma aristocracia, sendo que para isso “basta assinalar as concessões de Garcia d’Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas”. (FREIRE apud GUIMARÃES, 1977, p. 51).

O sistema de sesmarias vigorou até 1822 com o término do período colonial. Mas, mesmo com o fenecimento do sistema, a estrutura agrária não se alteraria, pois o fim da escravatura e a independência do país não foram processos de tipo revolucionários e com isso, nenhuma modificação foi realizada, senão pelos próprios artifícios da classe dominante e das aristocracias rurais que compunham as oligarquias semifeudais. Contudo, podemos dizer que “a estrutura agrária não se alteraria em suas linhas fundamentais: mantinham-se intactas as características coloniais e feudais do sistema de produção na agricultura brasileira”. (GUIMARÃES, 1977, p. 89).

Nas primeiras décadas do regime imperial, se viabiliza o projeto do Deputado paulista Nicolau Vergueiro com a aprovação da lei de terras em 1850, estabelecendo como única e legítima forma de acesso à terra o ato da compra. Tal medida tinha o intuito de impedir o reconhecimento das terras que se encontravam nas mãos de posseiros e, principalmente, impedir que mais pessoas se apossassem de propriedades reconhecidamente sem donos.

[...] com a Lei de Terras, de 1850, que estipulava que o acesso à terra só se realizaria através de sua compra. A manutenção e o reforço do caráter privado do regime jurídico de propriedade da terra, baseado no latifúndio, por si só representava o mais formidável obstáculo para o desenvolvimento capitalista, não somente no campo, mas no país como um todo, já que era

no campo que se dava, essencialmente, a produção nacional. (ARRUDA, 2002, p. 01).

Diante desta situação, na região nordeste que, até o início do século XX, constituía a porção mais populosa do território brasileiro, despertaram-se, ao longo do império e depois com a proclamação da República, uma série de lutas das quais se pode destacar, no sertão nordestino, o episódio de Canudos, na Bahia.

Consequência da contradição da luta de classes⁷, Canudos marcou a nossa história, sob a influência Religiosa de Antônio Conselheiro que ergueu uma cidadela de aproximadamente 25 a 30 mil habitantes. A massa camponesa através da luta, almejava libertar-se por definitivo das diversas formas opressoras e exploratórias exercidas pelos grandes latifundiários. Resistiu a quatro expedições investidas pelo Estado brasileiro e numa luta de sangrenta de classe, não se entregou.

Sem nenhuma modificação na estrutura agrária do país, finda a República Velha em 1930, e várias lutas camponesas seguem na busca pelo acesso à terra: Contestado, em Santa Catarina; Pau de Colher na Bahia e Caldeirão no Ceará, nordeste brasileiro, dentre várias outras que perpetuaram no cenário do país.

Vale destacar também que no Nordeste, região com uma grande população oprimida pela ação do latifúndio, as Ligas Camponesas se propagaram, atraindo grande massa de foreiros dos engenhos. A estratégia da ocupação de terras, foi adotada pelos camponeses, como mecanismo para a conquista de sua propriedade. Valendo-se de ações jurídicas referendadas pelas leis vigentes, foi possível a desapropriação de vários engenhos abandonados, principalmente na zona da mata, a começar em 1962 pela desapropriação do engenho Galileia em Vitória de Santo Antão - PE. “As Ligas Camponesas tomavam as terras, principalmente no nordeste e no centro-oeste, exigindo a Reforma Agrária na ‘lei ou na marra’”. (ARRUDA, 2002, p. 04).

As proposições de implantar a Reforma Agrária no governo Goulart centravam-se na desapropriação somente de terras devolutas do Estado. As lutas do movimento camponês foram totalmente suplantadas numa política agrícola adotada pelos militares após o golpe de 1964 (sem falar nas perseguições às organizações e lideranças camponesas) e regida pelo Estatuto da terra, também do mesmo ano, que estabeleceu no seu artigo primeiro: “[...] os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964, p. 01). A reforma agrária se daria somente a partir da desapropriação de latifúndios que não estivessem produzindo, vindo a consequente organização e distribuição para os

⁷ Entre a classe do latifúndio e a classe do campesinato sem-terra ou com pouca terra, tida a partir da grande concentração de terra e que provoca a opressão daquela (latifúndio) sobre esta (campesinato).

camponeses sem terra. No entanto, nada foi aplicado, tão somente a concretização da política agrícola, com base de projetos de colonização.

A política agrícola foi executada sob os moldes da “revolução verde”, que consistia em um projeto do imperialismo estadunidense desenvolvido no México. Essa política nasceu, a princípio, numa oficina de projetos da Secretária de Agricultura do México, sendo apropriado pelo imperialismo ianque a partir da Fundação Rockefeller. Nesse sentido, Serrano (1991, p. 20, tradução nossa) afirma que “a Oficina desenvolveu as ‘sementes melhoradas’ e especificou todo um banquete de insumos – irrigação, maquinaria, fertilizantes, inseticidas, etc. – necessários para alcançar os superiores rendimentos previstos”. O autor afirma ainda, que “nos anos 50 e, sobretudo a partir dos anos 60 a Fundação Rockefeller empenhou a propagar esta estratégia de ‘revolução verde’, provada no México, a outros países do bloco ocidental”.

Nesse contexto, o Brasil sobre domínio do capital imperialista, a gerência dos militares realiza a expansão de nossas fronteiras agrícolas, a partir da aplicação desses pacotes de insumos (da “revolução verde”) fornecidos por grupos monopolistas internacionais. Ressaltamos ainda, a propósito, que os projetos de colonização implantados nessa época, apontam a não solução dos problemas da população camponesa, e, com isso, a consequente ativação do debate sobre as necessidades de uma reforma agrária no período do gerenciamento militar.

A partir de meados da década de 1980 se deu início à formulação de uma proposição de reforma agrária para o país, através do I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA – em conformidade com o Estatuto da Terra de 1964. Um número considerável de camponeses seria atendido na execução do plano, isso já no primeiro artigo, ao elucidar que “fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01 (um) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias [...]”. (BRASIL, 1985, p. 01). O que, efetivamente, não chegou a acontecer, barrados pela resistência e ação dos latifundiários.

Novamente o engodo ressurgiu, durante os trabalhos da Constituinte de 1988. Entretanto, as forças latifundiárias contrárias à ampliação do acesso à propriedade territorial, organizadas através da UDR, compondo a bancada ruralista (donos e representantes dos latifundiários brasileiros) mais uma vez se impuseram. Com isso, se ergueu uma legislação (referente à questão agrária) calcada apenas no jogo de interesses da política agrária latifundiária, porém, buscando mascarar a realidade.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com

cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2013, p. 32).

A partir de 1993 os dispositivos constitucionais regidos na constituição federal para a aplicação da Reforma Agrária foram regulamentados pela lei 8.629/93, proporcionando aumento das famílias assentadas até os dois primeiros anos do presente século, aproximadamente. Em contrapartida, podemos apontar que os latifundiários foram mais beneficiados do que a massa camponesa, isso porque, com as indenizações a partir das desapropriações, gerou um processo de capitalização, tendo eles adquiridos novas terras. Arruda (2002, p. 03) coloca que processos desse tipo “[...] só faz aumentar a tendência à concentração, simplesmente pelo fato de que quem pode comprar terras, são os que tem dinheiro disponível, os especuladores latifundiários e capitalistas”.

A política de reforma agrária no Submédio do São Francisco e a realidade da classe camponesa assentada

Na década de setenta do século XX foi discutida uma política de irrigação no Vale do São Francisco, levada a cabo pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), dando assim largada para a implementação dos projetos de irrigação, com intuito de atrair os pequenos produtores, organizando-os em cooperativas, na intenção de se gerar uma base de emprego e reter a força de trabalho das zonas rurais para os polos irrigados.

Chilcote (1990, p. 334) coloca que “depois de quinze anos de atividade, apenas 307 colonos estavam trabalhando a terra, sendo 105 em bebedouro, 49 em mandacaru e 153 em maniçoba”. O autor afirma ainda que “o governo ofereceu crédito oficial e estimulou a iniciativa privada a organizar projetos: assim estabeleceram-se na região a Agrovale (7.000 hectares), a Alfanor (4.000 hectares) e a Cica-Norte (500 hectares)”.

As grandes empresas foram se estabelecendo, contando com incentivos, recursos e subsídios do governo. A visão dos políticos locais era de tornar, por meio da irrigação, o Submédio São Francisco um celeiro de exportação no setor agroindustrial para o mercado mundial. Todo o conjunto de potencialidades da região, atraía cada vez mais nesse processo, agroindustriais de todas as partes. O anseio de cultivo das novas culturas como o tomate, a cebola, melão, manga, uva etc., acabaram por deixar no esquecimento os velhos cultivos já aqui estabelecidos como mandioca, milho, feijão entre outros.

A estrutura montada na região para contemplar o modelo agrícola, requeria pesados investimentos e os custos de sua manutenção eram elevados. Para viabilizar a agricultura irrigada, o governo bancou o grosso dos investimentos criando e repassando a utilização das estruturas a

empresários e aos colonos, além de subsidiar o crédito agrícola e, até mesmo, anistiando dívidas em certas circunstâncias (LOPES, 1997, p. 161).

Essa política de subsídio assumida pelo Estado durou apenas até a década de 1990, momento em que tal política econômica foi a bancarrota. Sem o apoio do Estado e principalmente na crise econômica, estabelecida a partir do final dos anos oitenta, muitas fazendas não conseguiram manter-se incólumes e vieram a decretar falência. Com isso, despontaram várias lutas sociais no campo, cuja reivindicação era à aplicação da política de reforma agrária.

Na extensão territorial compreendida entre os municípios de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, se conformaram dezenas de assentamentos nas áreas que compunham as fazendas que não conseguiram continuar produzindo com crise estabelecida, portanto, falidas foram sendo aos pouco ocupadas.

Parte das fazendas que outrora receberam todo o apoio oficial e que serviram de vitrines para expor as potencialidades da região, como as fazendas Safra, Catalunha, Varig, Ouro Verde e outras de menos significação, quebraram. [...] O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra invadiu algumas das fazendas que no passado serviram de vitrine da irrigação, mas que se encontravam em estado de abandono ou de semiabandono (GONÇALVES, 1997, p. 163).

Procurando entender o que aconteceu com essas ocupações, realizamos uma investigação nas fazendas que se transformaram em assentamentos: Ouro Verde no município de Lagoa Grande, Safra no município de Santa Maria da Boa Vista e o Catalunha, situado na divisa de limites entre os municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista todos no Estado de Pernambuco. Os três assentamentos foram resultados de ocupações feitas pelas massas camponesas sem-terra em fazendas abandonadas ou semiabandonadas a partir da grande crise do mercado agroexportador nos finais da década de 1990. A seguir nossas observações particulares sobre esses assentamentos:

Tabela 1: Informações gerais dos “Projetos de Assentamentos – PA’s” em estudo.

Assentamento	Ano de aplicação	Área agricultável	Quantidade de famílias	Tamanho dos lotes por família	Total da Área irrigada por família
Ouro verde	1996	430,91 ha	100	3,0 ha	0,5 ha
Safra	1995	1458 ha	220	11 ha	1,5 ha
Catalunha	1997	6,892 ha	600	11 ha	0,0 ha

Fonte: Dados recolhidos conforme os arquivos do INCRA. (Elaboração própria).

Identificamos em decorrência do processo de Reforma Agrária ocorrido no assentamento Ouro Verde (segundo dados do INCRA e dados colhidos *in loco*) que na antiga propriedade, também denominada de Ouro verde, com área agricultável de 430 hectares, foram assentadas cem famílias, sendo somente 45 ha com infraestrutura de

irrigação. Cada família obteve um lote com 3,0 ha de terra agricultável para produção, sendo que a área irrigada para cada família foi de 0,5 ha. Conforme dados da tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Informações gerais sobre o Projeto de Assentamento Ouro verde.

Denominação do imóvel	P. A. Ouro Verde
1) Decreto lei	Portaria: 045 de 15/03/97
2) Data de desapropriação	-
3) Data de imissão de posse	-
4) Obtenção de compra	Portaria: 0245 de 0/09/1995
5) Publicado:	Em 01/10/96
6) Data de criação do P. A.	
5) Valor da terra nua	R\$ 260.854,02
6) Valor total das benfeitorias reprodutivas	R\$ 1.211.387,48
7) Valor total das benfeitorias não reprodutivas	R\$ 331.420,14
8) Valor das benfeitorias (6 + 7)	R\$ 1.542.807,62
9) Valor total do imóvel (5 + 8)	R\$ 1.803.661,64
10) Área Total	539,8134 ha
11) Valor do imóvel por ha (9 / 10)	R\$ 3.341,26
12) Custo médio / família	R\$ 1.944,89
13) Área de reserva legal	107 ha
14) Área de preservação permanente	1,9000 ha
15) Área agricultável [(10 – (13+14)]	430.91 ha
16) Número atual de famílias	100 famílias
17) Área média das parcelas (15 / 16)	3,0 ha
Número de famílias agregadas (não cadastradas)	
Número de vagas ou famílias excedentes	

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA Ouro Verde, 2002. (Laudo técnico nº 28/99).

Observamos neste assentamento a reprodução de um campesinato minifundista como a segunda característica da semifeudalidade, conforme Martín-Martín (2007a), pois todos os lotes se enquadram na categoria de minifúndios⁸. Hoje, segundo estimativas dos assentados, a área plantada chegou aos 70 ha, ficando assim, 350 ha na inatividade, se configurando como indicio de ruína do assentamento.

Nesse mesmo espaço, observamos que existem várias fazendas/empresas com grande produção de frutas (as quais abordaremos em tópico adiante) e que utilizam da mão de obra disponível no assentamento. Isso acontece pelo fato das famílias crescerem e se multiplicarem, enquanto os lotes ficam fixos em 3,0 hectares com produção em 0,5 ha.

Podemos elencar uma série de dificuldades encontradas no assentamento como a própria falta de assistência técnica por parte do INCRA e demais órgãos do governo; venda da produção para atravessadores, uma vez que não têm um sistema de escoamento etc. Ao adotarmos as formulações de Serrano (1991), identificamos que a luta pela terra no assentamento ficou circunscrita apenas a um caráter reformista do Estado com a

⁸ Denomina-se como minifúndio a propriedade agrícola com um diminuto tamanho cujo cultivo não satisfaz as exigências alimentares e de subsistência do cultivador, sendo forçado há dividir seu tempo entre seu pedaço de terra, e as grandes propriedades próximas (os latifúndios), onde aluga seus braços e os de sua família.

concretização do projeto de Reforma Agrária. “[...] a luta por a terra, como qualquer outra luta, pode prestar-se a fins meramente reformistas – e a Secretária da Reforma Agrária [o INCRA no caso do Brasil] existe para assegurar que assim seja”. (SERRANO, 1991, p. 03-04, tradução e acréscimo nosso).

O assentamento Safra⁹ apresenta realidade um pouco distinta do assentamento Ouro Verde, possuindo mais de 1.400 ha de terra agricultável, tendo como contrapartida uma área de produção apenas em torno de 330 ha, sendo que cada família produz em lotes de 1,5 ha. Pelo que observamos, nesse assentamento existe a segunda característica da semifeudalidade com um campesinato minifundista. (MARTÍN-MARTÍN, 2007a).

Os aspectos sociais e econômicos são mais positivos em relação aos outros dois assentamentos, Ouro Verde e Catalunha, no sentido de uma pequena produção que mantém os assentados pouco mais distantes das grandes empresas. Em contrapartida, os camponeses não possuem sistema de escoamento, precisam vender a produção para atravessadores que compram (em algumas épocas a “preço de banana”) toda a produção com preço bem inferior ao de mercado.

O assentamento safra é considerado por muitos como um projeto de reforma agrária que “deu certo”, pois possui produção de forma quase constante em suas pequenas parcelas irrigada e consegue se subsidiar com os recursos advindos da venda de suas frutas, mesmo que para atravessadores. Em contrapartida, em algumas áreas, segundo os assentados, o solo está em processo de salinização e sem condições de produção. Por sua vez, não houve crescimento e ampliação da área de produção do assentamento depois de quase duas décadas de aplicação da política de reforma agrária. “Estudamos os processos de reforma agrária entendidos no contexto da superestrutura política: uma lei de reforma agrária supõe a aprovação por parte da classe ou classes sociais que ostentam o poder de Estado dos requisitos para resolver a questão agrária [...]” (MARTÍN-MARTÍN, p. 17, tradução nossa). Nesse sentido, torna-se cabível afirmar que uma lei de reforma agrária é feita e aplicada a partir de um programa que favorece as classes dominantes.

De um lado, está à pequena propriedade em que o capital fascina o pequeno camponês com uma pequena produção oriunda da força de trabalho de seus próprios braços e de sua família, assim como de seus meios de produção, com o intuito de produzir para um “suposto mercado capitalista”. Mas, são sucumbidos nas relações de venda para os atravessadores. Do outro lado, grandes propriedades que produzem toneladas para exportação, gerando uma economia submetida diretamente aos domínios imperialistas.

⁹ A conformação do assentamento deu-se a partir da ocupação no início da década de 1990 por mais de duas mil famílias na antiga propriedade falida, também denominada de Safra. A partir dessa ocupação, surgiram nove assentamentos, entre eles o Ouro verde, oriundos dessas centenas de milhares de famílias que foram sendo remanejadas pelas organizações do Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST) em outras ocupações, depois de garantirem a aplicação da reforma agrária com o projeto de assentamento Safra, em 1995.

“Não se trata de fragmentos desconectados ou de economias distintas. Se trata de dois polos de um só sistema, de uma relação necessária” (SERRANO, 1991, p. 24, tradução nossa).

O Assentamento Catalunha também possui uma realidade bastante distinta dos outros dois, possuindo uma área de 6.825 há. Constituiu-se a maior propriedade da agricultura comercial da região, tendo sido a empresa iminente dos tempos áureos. Mesmo com sua enorme extensão, sua produção é muito baixa. Trata-se do mais fiel exemplo de capitalização do latifúndio a partir da aplicação da política de Reforma agrária, como veremos mais adiante.

Conforme os dados da pesquisa realizada junto aos camponeses assentados, a antiga propriedade denominada também de Catalunha foi ocupada em 1996 por um total de mais de duas mil famílias camponesas sem-terra, ficando “assentadas” somente seiscentas famílias, por determinação do INCRA; cada uma ficou com um lote de aproximadamente 11 ha. Tanto pelo tamanho territorial, quanto pela quantidade de famílias, o assentamento constituiu-se o maior da região Nordeste, quando foi criado. Entretanto, apresenta-se em aspectos de evolução da semifeudalidade. “A semifeudalidade significa que o campesinato segue atado a terra por múltiplos procedimentos extra econômicos, para que o grande proprietário não tenha problemas quanto a disposição absoluta de mão de obra abundante, superexplorada e a baixo custo”. (MARTÍN MARTÍN, 2007a, p. 15, tradução nossa). Tendo a produção muito baixa, os camponeses são forçados a disporem de sua mão de obra nas grandes fazendas ou mesmo em propriedades menores, por algumas vezes na condição assalariado temporário ou como diaristas, em diferentes épocas do ano.

Algumas medidas e ações do Estado tomadas pelos órgãos da Reforma Agrária, principalmente o INCRA, executaram uma política que visava suprimir ou sufocar a luta da massa camponesa com seus procedimentos burocráticos, mantendo a pequena propriedade em condição vegetativa, condenando-a a ruína. “A reforma agraria tenta sufocar a luta por a terra ao canalizá-la por trâmites burocráticos sem fim. Entrega uma parte da terra a uma minoria a preço da subordinação completa ao estado reacionário.” (SERRANO, 1991, p. 1, tradução nossa).

A antiga fazenda possuía um sistema de irrigação industrial de altíssimo custo com vinte e um pivôs de irrigação, que foram mantidos para o assentamento, provocando o endividamento das famílias. Com isso, o fornecimento de energia foi suspenso, decretando a impossibilidade de irrigação e de produção, fato que segundo alguns assentados, constitui o motivo principal da ruína total daquela área. Podemos observar na ilustração 2, o antigo sistema de irrigação da fazenda, agora pertencendo ao assentamento Catalunha, em completo estado de ruína.

Ilustração 2: Cenário do sistema de irrigação industrial da fazenda, atribuído para irrigação do assentamento Catalunha.



Fonte: Foto dos autores. Julho de 2013.

Os assentados, receberam alguns investimentos para reformar suas residências, talvez por se localizar a margem da rodovia, pois o aspecto da infraestrutura da vila é mais importante para os investimentos do governo do que os que poderiam estar propiciando a irrigação. Nesse sentido, existe um contraste interno de realidades na comunidade do assentamento: por um lado, apenas uma média de trinta famílias, que por estarem às margens do rio e com recursos próprios, irrigaram seus lotes por meio de um pequeno sistema de irrigação (ferramentas de micro aspersores); por outro, está à situação dos demais lotes, quase totalidade (mais de 90%), sem condições técnicas de produção irrigada, causando aos lotes constante improdutividade.

Ilustração 3: A realidade de improdutividade do Assentamento Catalunha.



Fonte: Fotos dos autores. Julho de 2013.

Ao levantarmos os aspectos das condições sociais e econômicas, dentre esses, o aspecto educacional, identificamos que o assentamento possui uma escola que atende apenas a educação do ensino fundamental I, sendo que a partir do fundamental II os alunos

se deslocam para as escolas situadas a quilômetros de distância. Outra realidade que chama a atenção é o fato das famílias realizarem a construção dos “quintais” de suas casas fazendo uma extensão da roça, com diversas espécies de “cultivos”, típicos da fruticultura irrigada e que deviam estar nos lotes, caso tivessem condições de produção. Situação que nos revela, mais que um simples desejo de produção, a expressão de um sonho camponês de um dia trabalharem sua própria terra, assim como podemos perceber na ilustração a seguir:

Ilustração 4: Pequenas plantações nos fundos dos quintais camponeses



Fonte: Foto dos autores. Julho de 2013.

A política de reforma agrária provocou no assentamento a subsistência da semifeudalidade em sua terceira característica, conforme Martín-Martín (2007), a partir do campesinato atado a terra por diversos procedimentos, como as ações empreendidas pelo Estado, tais como investimentos e a lei da reforma agrária, que obriga os camponeses a permanecerem fixos nos lotes para futuro direito a posse ou pelo talismã do título da propriedade, uma vez que mesmo depois de terem o título de posse da terra, seguem presos aos lotes sem as mínimas condições de produção.

As grandes burguesias do Terceiro Mundo (burocráticas, fundamentalmente compradoras e grandes proprietárias da terra) em convivência com as dos países imperialistas, a partir dos anos sessenta, vão desenvolver o capitalismo burocrático no campo através de múltiplas e diversas leis de reforma agrária, cuja característica principal é que foram leis de compra e venda de terras que não destruíram a semifeudalidade [...]. (MARTÍN-MARTÍN, 2007b, p. 10).

Constituem, portanto, um enorme contingente de mão de obra abundante, e por isso estão submetidos a ter que trabalhar nas fazendas instaladas próximas do Assentamento, principalmente durante o período da colheita, que compreende três meses, aproximadamente, com isso assinam um contrato de trabalho, no qual chegando o término da experiência – a colheita – é rescindido e voltam para a realidade ociosa do assentamento.

As relações das grandes empresas produtoras de frutas com os assentamentos da reforma agrária

Nas proximidades dos assentamentos em estudo, precisamente no município de Lagoa Grande/PE e em extremidade com o limite do município de Santa Maria da Boa Vista/PE, encontram-se instaladas grandes empresas produtoras de frutas, com destaque na produção de uva. Destacamos a ação de dois grupos monopolistas com expressão da atuação direta na região, através de duas empresas instaladas, as fazendas (ou empresas agrícolas) Sereníssima e Labrunier II, que pertencem, respectivamente, aos grupos monopolistas Carrefour (francês) e GVS (italiano). Destacaremos a fazenda Labrunier, em virtude de sua atuação quanto a absorção da mão de obra dos referidos assentamentos.

Segundo Reis (2009), o subgrupo Labrunier surge como ramo de empreendimento do grupo varejista e monopolista francês Carrefour. A autora ainda coloca que o grupo monopolista Carrefour é marcado pela ousadia em estratégias de investimentos, abarcando novos mercados. “Com o desenvolvimento da produção capitalista os latifundiários tem se aburguesado e tem se integrado mais a burguesia a nível nacional e alguns capitalistas de outros ramos também tem entrado na produção agropecuária” (SERRANO, 1991, p. 22, tradução nossa).

O grupo Carrefour está presente em trinta países, tais como França, Espanha, Bélgica, Grécia e Argentina. O grupo diversifica-se em vários ramos de empreendimentos, assim como em criação de novos subgrupos em áreas diferentes do setor capitalista, como é o caso da Labrunier no Vale do São Francisco.

O grupo Labrunier está distribuído em quatro fazendas com grande expressão na produção de uvas, conformadas conforme os dados da tabela a seguir:

Tabela 3: informações das fazendas do Grupo Labrunier.

Fazenda	Localização	Data	Área total (há)
Agropecuária Labrunier I	Casa Nova (BA)	1989	590
Agropecuária Vale das Uvas	Petrolina (PE)	1996	306
Agropecuária Orgânica do Vale	Petrolina (PE)	2000	233
Agropecuária Labrunier II	Lagoa Grande (PE)	2003/2005	251

Fonte: Reis (2009, p. 21).

Segundo Pereira e Nere (2013), a partir de 2007 o grupo Labrunier passou ser de propriedade do grupo Jacques Defforey (JD), nome referente a um dos fundadores do grupo francês Carrefour e que “simpatizava” com as propriedades agrícolas no Brasil. O grupo JD assumiu as quatro unidades de fazendas acima citadas e fez investimentos no ramo da pecuária, criação de gado em Mato Grosso e plantação de laranja no Paraná. Eles mantêm

ampliando a diversificação da rede na penetração cada vez crescente do capital imperialista, representado pelo grupo francês Carrefour.

O limitado modo de produção capitalista plenamente dominado por o imperialismo se articula com o modo de produção predominantemente feudal no campo. O poder político representava uma aliança dos imperialistas, a burguesia compradora e a classe latifundiária feudal. (SERRANO, 1991, p. 13, tradução nossa).

Quanto ao grupo GVS Fruit Company, segundo informações de sua página na internet, pertence a um grupo de empresários italianos dos ramos de alimentação e hotelaria, que iniciou suas atividades no Vale do São Francisco, na cidade de Casa Nova/BA, em 1994, com a instalação da fazenda Vale do sol, com área de 240 hectares destinados à produção de uva e manga. Em 1996 montou a Fazenda São Gonçalo, na cidade de Juazeiro/BA, com 130 ha, destinados ao cultivo de manga. Em 1998 instalou a Fazenda Sereníssima numa propriedade de 724 hectares, no distrito de Vermelhos, município de Lagoa/PE, destinados exclusivamente a produção de uvas. Atualmente a empresa tem um quadro de 350 funcionários permanentes e 800 funcionários em período de colheita.

Nesse sentido, chegamos a um dos pontos centrais de nossa análise, a relação que mantém estas empresas com as comunidades de assentamentos da reforma agrária, precisamente os três que conformam esta pesquisa: Ouro Verde, Safra e Catalunha. Alhures, apontávamos que “segundo dados do sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa Grande, as empresas de uva do município empregam no período de auge da produção cerca de 15.000 trabalhadores, no período da entressafra este número cai para 3.500.” (PEREIRA; NERE, 2013, p. 15). Tornam-se, assim, perceptíveis algumas das consequências trazidas na aplicação da política de reforma agrária nesta região.

Estas grandes empresas desfrutam do potencial de mão de obra disponível nos assentamentos, sobretudo, no período da colheita. Essa realidade descoordenada de mão de obra em épocas diferentes - safra e entressafra - demonstra que o capitalismo não se desenvolveu por completo no bojo da fruticultura irrigada. Segundo Marx (1996, p. 341), “o ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. A continuação consistiu numa mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista”

Os camponeses beneficiados na política de reforma agrária, seguem fixos na sua parcela de terra em determinada localidade, em contrapartida, constituem em outras características, como um campesinato minifundista. Nesse sentido, mesmo conseguindo, em alguns casos, como o Ouro Verde, Safra e outros, exercer uma pequena produção em suas parcelas de terra, condicionados pelas condições de miséria e sem escolhas em certas

épocas, ou permanentemente, a sair para trabalhar por determinados períodos na produção de frutas dessas grandes empresas acima mencionadas.

No feudalismo o camponês produz seu próprio sustento; no capitalismo o trabalhador tem que comprar seu sustento com seu salário. A exploração requer em maior ou menor grau a coerção extra econômica - A servidão – enquanto o trabalhador assalariado do capitalismo, basta a coerção econômica: se não trabalhar não ‘come’. (SERRANO, 1991, p. 07, tradução nossa).

Predomina-se a realidade na qual o camponês fica em parte associado a seus meios de produção, a sua parcela de terra como livre e autônomo camponês, e em outra parte do tempo submetido a relações de pré-assalariamento¹⁰ ou pré-capitalistas (semifeudais) como diárias, empreitadas, trabalho por produção, arrendamento na meia e na terça. “Estes camponeses não vivem somente da venda de sua força de trabalho e também não foram completamente dissociados dos seus meios e instrumentos de produção” (PEREIRA; NERE, 2013, p. 15). Portanto, devemos perceber que tais relações não condizem com as “verdadeiras” relações capitalistas, como querem alguns pesquisadores, e sim, constituem uma realidade de capitalismo burocrático no campo.

Considerações finais

Os trabalhos desenvolvidos sobre a região do Vale do São Francisco nas últimas décadas, em grande maioria, trazem como eixo central discussões sobre o potencial econômico da região, por meio dos projetos de irrigação e os ufanismos originados da fruticultura irrigada. Em contrapartida, poucos são os trabalhos que buscam compreender a situação de vida da massa camponesa, que por diversos fatores, como os dos projetos ilusórios de “reforma agrária”, estão às margens do “desenvolvimento econômico” propagado na região, ficando submetidos às relações de semifeudalidade e de miséria constante. Nesse sentido, acontecem as lutas sociais dos camponeses sem terra ou com pouca terra, em busca do seu repartido, altamente concentrada nos latifúndios e de legítimas condições de vida sobre a mesma, a partir do direito à pequena produção agrícola.

Percebemos que atualmente o Vale do São Francisco continua reconhecido, nacional e internacionalmente, como um grande centro de produção agrícola, sobretudo da fruticultura irrigada, considerado como fonte de prosperidade e tido por muitos como um “local de grandes oportunidades”, resumindo-se a discursos de cunho ideológico, daqueles que comandam os interesses “públicos” e, sobretudo, os privados. Pois, os aspectos

¹⁰ Vale ressaltar, esses camponeses assentados, em sua grande maioria, quando assinam contrato de trabalho com as empresas permanecem somente pelo período da colheita, aproximadamente três meses, chegando o término da experiência – termina também a colheita - é rescindido o contrato e volta para a realidade de um camponês assentado da reforma agrária.

econômicos, bem como as realidades sociais aqui apresentadas, refletem à outra realidade não propagada sobre a região. Isso porque, aqueles que visitam as áreas irrigadas das grandes empresas de frutas e vinícolas, carregam a imagem de muita fartura, de belezas exuberantes, de acúmulo de riquezas e de muita prosperidade. Por isso, jamais se percebe, no entorno de tão frutíferas e produtivas divisas, o avesso e o antagônico daquela imagem verde, vista *in loco* e constantemente contracenada em horário nobre.

As comunidades de assentamentos, oriundas da aplicação da política de reforma agrária, demonstram o quão são contraditórias suas realidades, em detrimento da grande produção da fruticultura irrigada. Isso, porque, o modelo de produção agrícola empreendido na região pelo incentivo das políticas estatais, desde a década de 1970, beneficiou a fixação de grandes empresas rurais, a partir da inversão de uma grande quantidade de capitais estrangeiros, além de acordos para a impetração de insumos e maquinarias na nascente agricultura irrigada. Em contrapartida, as mercadorias produzidas, teriam a exportação para estes mesmos países investidores como seu principal destino. Até a década de 1980, o Vale já era conhecido como a “Califórnia” do Brasil e detinha uma enorme concentração demográfica, advinda da demanda de força de trabalho exigida pela atividade agrícola e suas variantes.

Nos anos iniciais de 1990, a região assistiu a um processo chamado de “crise do mercado de exportação”, que impossibilitava aos grandes produtores da região a exportação de suas mercadorias (aos EUA e países europeus). Mais do que uma simples “crise econômica”, este cenário era de quebra de um modelo de exploração estabelecido na região. É o modelo de capitalismo burocrático, uma vez que toda a base econômica está vinculada aos interesses dos países imperialistas, que mantém a base do regime de propriedade da terra e das relações de produção de caráter pré-capitalista (semifeudal). Algumas pesquisas desenvolvidas à época apontavam a “persistência de modos pré-capitalistas de produção” (CHILCOTE, 1991. p.10), reconhecendo que nesta base de relações de produção semifeudais, “os salários são quase sempre contratados na base diária, e inferiores ao mínimo, além de não terem carteira assinada” (ANDRADE, 1982, p. 58). Tão logo, a conclusão era de que “o processo de avanço do modo de produção capitalista caminha morosamente [...]” (ANDRADE, 1982, p. 61).

No cenário acima descrito, o chamado “desemprego” tomou forma, ou seja, a massa camponesa até então explorada pelos grandes proprietários e fazendas agrícolas (em panorama de ruína e semiabandono) ficou desocupada e caída em mazelas sociais, como a pobreza e a miséria constante. A saída encontrada, foi a de fortalecer o sonho camponês de obter o reparto da terra, galgando-se as lutas de ocupações em latifúndios, exigindo nos dispositivos da lei, a chamada “reforma agrária”. Muitas das antigas fazendas

foram ocupadas, sendo, conseqüentemente, transformadas em “Assentamentos de reforma agrária”.

No entanto, se percebe, a partir do estudo aqui realizado, que tal política de reforma agrária não traz a solução para o problema agrário-camponês, uma vez que sua forma é de capitalizar o latifúndio falido, via processo de indenização, propiciando a manutenção da concentração territorial (persistência da propriedade latifundiária). A terra entregue aos camponeses, fica numa condição fragmentada, causando assim, a reprodução de um campesinato minifundista (lotes de 0,5 a 3,0 hectares por família). O tamanho diminuto dos lotes, aliado a falta de assistência técnica e subsídios à produção, os faz insuficientes para que este campesinato retire dele as próprias despesas familiares, sendo assim obrigado a se submeter aos grandes proprietários e fazendas agrícolas, em variadas relações Semifeudais (pré-capitalistas) de trabalho, como jornadas diárias, empreitas, trabalho por produção na colheita, etc.

Conclui-se, portanto, que a aplicação da referida política de reforma agrária, na região em estudo, condicionou uma realidade de novas contradições entorno da velha questão agrária e camponesa. Pois, os projetos de assentamentos, proporcionaram a formação de uma base de pequenas propriedades (minifundista), arruinadas pelas condições de sua própria existência, firmando-se assim, contradição direta com as grandes propriedades da fruticultura. Este processo acentua-se pelo enorme contingente de mão de obra abundante, condicionados pelas condições de miséria, a vender sua força de trabalho, em certos períodos estratégicos, para as grandes fazendas produtoras de frutas instaladas próximas dos assentamentos. Muitas destas fazendas, representam capitais monopolistas internacionais, sendo que todas produzem em alta escala toneladas para abastecer os mercados dos países imperialistas.

Dessa forma, a história dessa região vem se dando dinâmica e condicionada de novas composições, arranjos e formas evolutivas de um regime de capitalismo burocrático no campo.

Referências

AMORIM, Franciel Coelho Luz de. Desenvolvimento capitalista na América Latina: relações de produção em assentamentos no Vale do São Francisco. In: V ENCONTRO DE HISTÓRIA: A INVENÇÃO DO BRASIL – CULTURA, ESCRAVIDÃO E MESTIÇAGENS/II COLÓQUIO NACIONAL DO GEAC/I COLÓQUIO PIBID HISTÓRIA, 5, 2013, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, UFAL, 2013. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/vencontrodehistoria/www.ufal-geac.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e mudança:** a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ARRUDA, Fausto. **A nova democracia**. Rio de Janeiro, nº 1, Julho de 2002. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1447-a-mistificacao-burguesa-do-campo-e-a-atualidade-da-revolucao-agraria>>. Acesso em: 20 de ago. de 2012.

_____. **A nova democracia**. Rio de Janeiro, nº 2, Agosto, 2002. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1446-desenvolvimento-capitalista-e-capitalismo-burocratico>>. Acesso em: 20 de ago. de 2012.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição da República federativa do Brasil**, Texto Promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **I PNRA**. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 de jul. de 2013.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto da terra**. Brasília, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 10 de jul. 2013.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 8.629**. Brasília, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 10 de jul. de 2013.

BLOCH, Didier. **As frutas amargas do velho Chico**: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra. 1996.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira**: um estudo sobre o estado do acre. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. (Tese de Doutorado).

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. Documentário, 119 min, Brasil, 2012.

CHILCOTE, Ronald. H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: USP, 1990.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil** – ZANE Digital. Petrolina/PE: Embrapa Solos e Embrapa Semiárido, 2000. (Embrapa Solos. Documentos; n. 14). CD ROM.

FRANCA, Celso. **A imagem do Vale**: reestruturação agrícola e mudança social. Petrolina: Franciscana, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Paz e terra, 1977.

GUZMÁN, Abimael. **Entrevista al presidente Gonzalo**. Comitê Central do Partido Comunista del Perú, 1988. Disponível em: <http://www.solrojo.org/pcp_doc/pcp_0688.htm>. Acesso em: 22 de ago. de 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 1985/2006**. Ano 2007.

IBGE. **Juazeiro/Bahia - Histórico**. Juazeiro/BA, Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.juazeiro.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 de abr. de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Superintendência Regional de Petrolina/PE. **Aspectos Jurídicos do Imóvel no Processo de Obtenção dos Projetos de Reforma Agrária**. Petrolina, 24 out. 2012.

_____. Superintendência Regional de Petrolina/PE. **Relação de beneficiários contendo Lote, Área e Código de SNCR**. Projeto: MF0032000 - PA CATALUNHA, Município: Santa Maria da Boa Vista, Data Criação: 16/12/1998. Petrolina, PE, 08 nov. 2013a.

_____. Superintendência Regional de Petrolina/PE. **Relação de beneficiários contendo Lote, Área e Código de SNCR**. Projeto: MF0024000 - PA SAFRA, Município: Santa Maria da Boa Vista, Data Criação: 02/12/1996. Petrolina, PE, 08 nov. 2013b.

_____. **PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Ouro Verde**, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2000.

LENIN, Vladimir Ilitch. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa. In: _____. **Obras escolhidas – Volume I**. São Paulo, Alfa Omega, 1979c.

LOPES, Esmeraldo. **Opara: Formação histórica e social do submédio São Francisco**. Petrolina: Franciscana, 1997.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2005.

MARTÍN-MARTÍN, Victor O. Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques? In: **IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica**. México D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco - Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005.

_____. **El papel del campesinado en la transformación del mundo actual**. Málaga: Zambra, 2007a.

_____. **Teoria e prática das guerras camponesas no marxismo do século XXI**. Campinas: UNICAMP, V Colóquio do CERMARX, nov. de 2007b. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/

gt7/sessao2/Victor_Martin.pdf>. Acesso em 06 de jun. de 2012.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva do capital. In: _____. **O capital – Livro I**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 339 – 381.

PEREIRA, Flávio; SANTANA, Sergio Nere. A realidade do assentamento Ouro Verde em Lagoa Grande/PE – um caso de aplicação da política de Reforma Agrária. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - 1A JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS, 6, 2013, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2013. p. 01 – 18.

PEREIRA, Flávio. **Relações semifeudais (pré-capitalistas) de produção na fruticultura irrigada do Submédio do São Francisco: Agronegócio ou Capitalismo Burocrático no campo?** 2013. 70 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, PE, 2013.

PRIETO, José Ricardo. Vale do São Francisco: Da falência do “agronegócio” brotam as vinhas da Ira. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, nº 51, março/abril 2009.

REIS, Cinthia Regina Nunes. **Redes empresariais locais no mercado global de alimentos:** o Grupo Labrunier no sertão nordestino. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, Julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index>>. Acesso em: 10/06/2013.

SERRANO, Isidro. **Revolución agrária y semifeudalidad.** México: Centro de Investigación Popular – Editorial La Chispa. 1991. Disponível em: <<http://mprmexico.blogspot.com/2000/09/revolucion-agraria-y-semifeudalidad.html>>. Acesso em 08 de jul. de 2012.

TSETUNG, Mao. **Notas del presidente Mao sobre capitalismo burocrático.** Lima: Ediciones Alborada, 2008.

Recebido para publicação em 21 de novembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 13 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 11 de outubro de 2016.